

Delineamentos metodológicos das transições dialéticas em *O Capital* de Marx

*Andre Goes Cressoni*¹

Resumo: O intuito do presente artigo consiste em analisar e elucidar algumas das principais características que delineiam o método dialético apresentado por Marx em sua obra principal, *O Capital*. Através de um dos problemas metodológicos principais apontados por Marx – a transição do abstrato ao concreto – busca-se identificar outros ângulos insuspeitos ignorados pela crítica marxista em geral. A avaliação da relação abstrato-concreto será realizada através de um paralelo para com o idealismo hegeliano, principalmente a sua lógica. A partir de tal postura, almeja-se compreender as transições entre essência e aparência, assim como os níveis lógicos de possibilidade constituídos em conjunto com estas transições dialéticas. Analisar-se-á a relação entre capital geral e capitais particulares, assim como a forma lucro, de modo a permitir estabelecer, como conclusão, de que forma o conceito dialético de capital alcança um estatuto de autorreflexibilidade próprio ao conceito hegeliano de Espírito.

Palavras-chave: 1. Marx. 2. Hegel. 3. Dialética.

METHODOLOGICAL OUTLINES OF DIALECTICAL TRANSITIONS IN MARX'S *CAPITAL*

Abstract: The aim of this paper consists in analyzing and elucidating some of the main features outlining the dialectical method presented by Marx in his masterpiece, *Capital*. Through one of most important methodological problems pointed out by Marx – the transition from abstract to concrete – I intend to determine other unsuspected angles of analysis ignored by the Marxist criticism in general. The assessment of the abstract-concrete relation will be carried out by alongside Hegelian idealism, especially his logic. This approach is aimed at understanding the transitions between essence and appearance, as well as the logical levels of possibility which are set alongside each other. I shall analyze the relation between capital in general and particular capitals, but also income, by way of allowing to establish in conclusion how the dialectical concept of capital reaches up to the status of self-reflectivity proper to the Hegelian concept of Spirit.

Keywords: 1. Marx. 2. Hegel. 3. Dialectics.

¹ Doutor PPG-Filosofia UNICAMP. E-mail: cressoni@gmail.com.

Introdução

Os estudos sobre a estrutura da obra principal de Karl Marx, *O Capital*, tem uma história de interpretação que envolve diversos ângulos de análise e uma também diversificada abordagem hermenêutica que varia de acordo com a metodologia filosófica que sustenta a investigação de cada intérprete. Estas divergências de abordagem resultam em quadros teóricos também diversos, e não somente entre metodologias incompatíveis entre si – como é o caso entre o estruturalismo de Althusser e a abordagem dialética de Lukács – mas também entre metodologias similares – como as abordagens genéticas de Rosdolsky e Zeleny, cuja proximidade não impede a insurgência de divergências.

A proposta que se segue consiste em compreender a estrutura de *O Capital* em um sentido dialético com profundo enraizamento na lógica hegeliana. Isso implica atentar para o método expositivo (*Darstellungsweise*) da obra segundo um viés que leva a sério o encadeamento categorial enquanto forma de exposição de contradições internas insuspeitas. O ponto nodal consistirá, assim, em apreender como ocorre o desenvolvimento categorial na forma como Marx empreende um fluxo expositivo que desvenda e põe as condições lógicas de possibilidade a cada nível expositivo de modo a conferir um estatuto de realidade ou, em termos hegelianos, um estatuto de efetividade (*Wirklichkeit*) às formas sociais do capitalismo descortinadas pela abordagem dialética. Defenderemos que isto é realizado como meio de demonstrar de que modo relações sociais imanentes – ou seja, práticas sociais cujas contradições internas são inapreensíveis sem mediações dialéticas – surgem de forma invertida para a consciência representativa dos agentes sociais nelas implicados, e por isso devem ser investigadas as formas como estas relações essenciais desdobram-se rumo à superfície do sistema social capitalista.

Como a obra de Marx é por demais extensa para se refazer aqui sua trajetória completa, tomaremos por foco de análise a

categoria do lucro e buscaremos nela desvendar algumas das mediações lógico-dialéticas imprescindíveis que Marx propôs como maneira de desvendar os segredos da sociedade capitalista.

O estatuto das transições dialéticas em *O Capital*

A estrutura da obra *O Capital* resulta de um longo e minucioso planejamento por parte de Marx através do qual diversas modificações foram realizadas até chegar à forma final entregue ao público no primeiro livro.² O intuito de Marx, sabe-se, era proporcionar uma obra dialética capaz de trazer à luz o desdobramento das contradições internas do sistema capitalista. No interior de uma exposição dialética, diversas mediações lógicas são realizadas em cuja concatenação se desvela os princípios que possibilitam as formas de pensamento que espelham, como quer Marx no prefácio a *O Capital*, a vida da matéria. O método de exposição carrega em si um método de abstração, cuja função foi debatida intensamente por comentadores. Nos resumiremos aqui a alguns apontamentos para evitar erros metodológicos.

O método de abstração, como argumenta Grossmann, consiste em estabelecer “numerosos supostos simplificadores que nos permitem conhecer o objeto de nossa investigação em sua *essência*” (GROSSMANN, 1984, p.03), de tal modo que “a cada suposto simplificador adotado lhe corresponde uma *correção posterior* que deverá tomar em conta os elementos da realidade inicialmente deixados de lado” (GROSSMANN, 1984, p. 04).

O método de abstração consiste, em linhas gerais, num ‘limpar o terreno’ para a análise das relações fundamentais que determinam todas as figuras e princípios que regem o sistema enquanto tal. Neste sentido, Sweezy tem razão quando aponta para a relação capital e trabalho como eixo essencial da obra, e por isso

² Como se sabe, Marx não viveu para entregar os dois últimos livros que compõem a obra, tarefa esta que ficou a Engels para realizar a partir dos manuscritos deixados por Marx. Para um estudo atencioso dos diversos replanejamentos por parte de Marx, consultar FINESCHI, 2013.

“todas as relações sociais exceto as existentes entre capital e trabalho devem ser provisoriamente afastadas, para serem reintroduzidas, uma de cada vez” (SWEEZY, 1973, p. 45). A cada nível de exposição dialética novos elementos são trazidos para a discussão que implicam uma transformação categorial, isto é, uma ressignificação em seu nível lógico.

Apesar dos curtos porém ricos apontamentos de Grossmann e Sweezy, defendemos um ângulo de análise da abstração em *O Capital* que caminha mais próximo ainda da lógica hegeliana. De acordo com esta leitura, cada nível de exposição categorial é destrinchado em seu sentido imanente de forma que sua coerência interna exige uma transição para seu outro como momento constitutivo de sua própria estrutura conceitual. Assim também procede Marx através do método de abstração: os novos elementos que surgem através destas transições são fatores indispensáveis para a formação de uma figura ou categoria econômica que compõe o conceito de capital. Em outras palavras, defendemos que para Marx, assim como para Hegel, o estatuto do conceitual envolve – como argumenta Pippin ao tratar da filosofia prática hegeliana – “critérios gerais de adequação explanatória” (PIPPIN, 2008, p. 48). É assim, por exemplo, que em Hegel o espírito é a verdade da natureza: não porque a natureza perca seu estatuto de veracidade dando lugar ao Espírito Absoluto enquanto substância que cria o mundo, como querem algumas leituras metafísicas. Trata-se, isto sim, de compreender que uma explanação satisfatória da natureza só pode ser efetivamente alcançada ao se explicá-la através do humano (ou espiritual, como procederia o vocabulário hegeliano), e não puramente natural.³ O mesmo se espelha em todos os níveis da dialética hegeliana: desde sua macroestrutura enciclopédica (Lógica, Filosofia da natureza e Filosofia do espírito) até as transições categoriais mais iniciais (Puro ser, Nada e Devir).

³ Nas palavras de Pippin: “Essa questão da satisfação explanatória é, com efeito, uma questão sobre nós, não sobre a natureza. (Essa é uma outra manifestação do ‘idealismo’ de Hegel)” (PIPPIN, 2008, p. 48).

Cada figura da natureza ou do espírito, assim como cada categoria lógica, mostra-se enquanto a verdade de seu momento anterior exatamente porque, ao incluir no âmbito conceitual (isto é, explicativo) os novos elementos que surgiram através das contradições e transições dialéticas, oferece um quadro mais fiel à realidade ou efetividade de seu objeto. Deste modo, ao se considerar o conjunto completo da obra, é imprescindível compreender cada momento não somente enquanto realização ou efetivação das potencialidades internas a seus momentos anteriores. Deve-se compreender cada transição a um nível maior de efetividade também como um gesto de pôr novas condições lógicas de possibilidade derivadas das novas contradições que surgem e que, assim como antes, derradeiramente impulsionam a ainda outras transições.

No caso de Marx, por exemplo, busca-se o conceito de capital, isto é, uma explanação satisfatória das formas e das categorias sociais e econômicas que compõem uma figura histórica específica, a do capitalismo. Para tanto, é necessário abstrair da exposição todas as relações que perturbam a análise da relação essencial, a de capital e trabalho. Esta, porém, ao mesmo tempo que precisa ser posta na exposição através de suas condições lógicas de possibilidade, também põe ainda outras condições lógicas que possibilitam conceituar o princípio que fundamenta o sistema do capitalismo. Desta forma, a estrutura geral de *O Capital* deixa claro como a circulação simples não somente colocou as condições lógicas do conceito inicial de capital através exposição das contradições internas à mercadoria (trajeto da primeira seção do livro I). Colocou, também, as condições lógicas de possibilidade da própria exploração capitalista, a saber, o trabalhador livre, dono somente de sua força de trabalho e vendendo-a enquanto mercadoria. As leis da exploração capitalista, por sua vez, colocam as condições de possibilidade das leis da acumulação capitalista, e que

derradeiramente, como um retorno a seu princípio,⁴ afigura-se como acumulação originária. Apesar dos livros II e III terem sido organizados por Engels, pode-se apreender como Marx parecia pretender um retorno, no livro III, à superfície do sistema capitalista que havia sido deixado após o percurso pela circulação simples. Aqui, como lá, temos as formas do sistema tal qual surgem para a consciência representativa dos agentes sociais. No livro III, porém, estamos em um nível maior de concretude e diversos elementos que haviam sido abstraídos da análise, afiguram-se agora para compreender e desmistificar ainda outros níveis de fetichismo ainda mais profundos que o fetichismo da mercadoria. Ou ainda: realizado o percurso através das leis internas essenciais do capital, pode-se agora no livro III compreender como estas leis se efetivam na realidade e se manifestam para a representação.

Esta transição deve ser compreendida, por isso, não somente como um desdobramento lógico das condições de possibilidade para a efetivação das leis essenciais do capital. Faz-se necessário também apreendê-las pela relação essência-aparência, cujo eixo continua a caminhar junto à lógica hegeliana. Assim, na ‘Doutrina da Essência’ em sua *Ciência da Lógica*, Hegel nos diz que “provar significa em filosofia o mesmo que mostrar como o objeto se faz – por si mesmo e de si mesmo – o que ele é” (HEGEL, 1995, p. 169 [§83, Adendo]). Este fazer-se de si mesmo por si mesmo desdobra-se, na relação essência-aparência, no princípio de que a “essência deve *aparecer*”, e por isso o próprio conceito de essência modifica-se: nos diz Hegel, ela “não está *atrás* ou *além* do *fenômeno*; mas, porque é essência

⁴ É comum à dialética, desde Platão até Hegel, desvelar o caminho de desenvolvimento das contradições enquanto trajeto que traz à luz, ao final, o princípio que o fundamenta. Deste modo, o progresso dialético faz-se enquanto retorno ao princípio. Em Platão, isto é desenvolvido em sua teoria do conhecimento que tem início no livro V da *República* (474d) até o final do livro VI. Nesta, a transição de cada figura do conhecimento – *eikasia* ou imaginação, *πίστις* ou crença, *διάνοια* ou conhecimento matemático em geral, *nóesis* o puro inteligível – consiste em derradeiramente alcançar o princípio noético não hipotético (*anypothetos*). Sobre isso em Hegel, cf. o último momento de passagem da Doutrina da Essência para a Doutrina do Conceito (HEGEL, 1995, p. 289 [§159, Adendo]). Sobre o mesmo em Marx, cf. o texto de introdução aos *Grundrisse* e que serviu de introdução à *Para a crítica da economia política* (MARX, 1978, p. 116-117).

que existe, a existência é fenômeno” (HEGEL, 1995, p. 250 [§131]).

Propomos que, a partir de mais esta aproximação para com a lógica hegeliana, tem-se a oportunidade de apreender melhor o significado da crítica *epistemológica* da economia política, já que traz para a questão dois níveis estruturais distintos da análise dialética. Nos diz Marx:

“As configurações do capital, como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se, portanto, passo a passo, da forma em que elas mesmas aparecem na superfície da sociedade, na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção” (MARX, 1988, p. 23 [Livro III, Vol. IV]).

Os dois níveis estruturais apreensíveis da análise dialética do conceito de capital se distinguem, destarte, entre as suas formas internas ou essenciais e suas formas aparentes. É na forma como ocorre a transmutação do nível essencial do conceito de capital para o nível aparente que encontra-se o sentido do conceito epistêmico da crítica da economia política. Diferente da velha metafísica e usando seu vocabulário, pode-se dizer que a substância não se esconde, independente, por detrás e além dos fenômenos. Antes, 'substância' desempenha um movimento de externalização até manifestar-se na superfície como aparente. O fenômeno é a substância na forma como ele aparece. A imediatidade fenomênica não pode, por isso, ser concebida na qualidade de formas descartáveis frente a um ser último e unicamente verdadeiro. Em termos marxianos, trata-se de identificar as contradições mais essenciais inerentes às práticas sociais do sistema capitalista e, então, compreender como estas, na qualidade de leis internas do sistema social regido pelo capital, manifestam-se, através de mediações dialéticas, na superfície – isto é, na imediatidade das

práticas sociais⁵ – permitindo concebê-las e desvendá-las em seu caráter meramente representativo, e inclusive fetichista.

Defendemos que todas estes nuances dialéticos – e diríamos haver ainda outros não explorados aqui – encontram-se presentes na conhecida passagem dialética do abstrato ao concreto. Parece-nos, entretanto, que estes nuances passam despercebido por comentadores da tradição marxista, ainda que estes tenham iluminado ângulos essenciais para o debate da dialética de *O Capital*. Exemplo disso são as esclarecedoras análises operadas por Rosdolsky ao explorar a diferença entre o conceito de capital em geral e a pluralidade de capitais. Esta distinção, já desde os *Grundrisse*, é crucial para se desvendar a relação entre as leis imanentes do sistema capitalista e as formas como as mesmas se manifestam. Para Marx, é na falta de tal distinção dialeticamente conceituada que jaz um dos principais erros de grande parte da economia política, em especial a economia política vulgar. As representações imediatas do sistema social impede compreender, por exemplo, que a “competição em geral, essa força locomotiva essencial da economia burguesa, não estabelece suas leis, mas é na verdade seu executor” (MARX, 1993, p. 552), uma vez que “cada capital particular tem de ser considerado apenas como fração do capital global” (MARX, 1988, p. 160 [C. III, vol. IV]). A multiplicidade categorial da superfície sistêmica do capital oculta a origem de sua figura, dissimulando a identificação de suas leis universais, e isso de tal modo, por exemplo, que na esfera superficial da “concorrência aparece, pois, tudo invertido” (MARX, 1988, p. 160 [C. III, vol. IV]). É por isso que “uma análise científica da concorrência só é possível depois de se compreender a natureza interna do capital” (MARX, 1988, p. 240 [C. I, vol. I]). Daí afirmar Rosdolsky que antes de “compreender as formas de manifestação, primeiro é necessário investigar o que se manifesta nelas” (ROSDOLSKY, 2001, p. 51).

⁵ Como dirá Hegel ainda sobre o fenômeno: “Seu [a essência] aparecer é nela o suprassumir de si mesma em direção da imediatez” (HEGEL, 1995, p. 250, §131).

A seguir, exploraremos estes ângulos de análise através de alguns casos específicos, por exemplo, com a categoria lucro e os problemas da mediação que daí decorrem na relação entre Marx e Ricardo. Ao final, ofereceremos apontamentos que delineiam como esta problemática se relaciona com o conceito de capital enquanto relação de si a si mesmo e como esta está relacionada logicamente à concorrência.

O lucro como forma transmutada da mais-valia

O categoria lucro surge da categoria preço de custo. Esta, por sua vez, enquanto fenômeno da superfície do sistema, opera uma mistificação em relação às leis essenciais do capital. O essencial para o tratamento que daremos à categoria lucro consiste em compreender como o preço de custo oculta a verdadeira origem da mais-valia. Em poucas palavras, a mais-valia surgira a partir da distinção entre capital variável (força de trabalho) e capital constante (maquinaria, instrumentos e materiais de produção, matérias-primas, etc.). Nesta distinção, Marx analisara como o capital constante tem somente seu valor transferido para o produto. O valor excedente, isto é, a mais-valia propriamente dita, só poderia surgir, portanto, do capital variável. É da exploração da força de trabalho que surge a possibilidade da acumulação. Estas, entretanto, haviam sido deslindadas no livro I ao tratar exatamente das leis da exploração e da acumulação. No livro III, pelo contrário, tem-se o preço de custo como representação imediata na consciência dos agente sociais. Para estes – mas não para aquele que percorreu o trajeto dialético, o ‘nós’ de Hegel na *Fenomenologia do Espírito* – esta imediatidade fenomênica oculta sua essência: o preço de custo faz *parecer* exatamente como se o valor excedente encontrasse sua procedência de forma homogenia tanto do capital variável quanto do capital constante. Esta horizontalização oculta a origem do valor. Mas se a categoria preço de custo, como fenômeno que aparece na superfície da sociedade burguesa, surge como uma inversão das

relações internas e essenciais, ao mesmo tempo põe as condições lógicas de possibilidade para o surgimento de outras formas de inversão. Assim como o preço de custo, do mesmo modo o lucro. Na medida em que horizontalizam-se as relações entre força de trabalho e meios de produção, ocultam-se as verdadeiras relações de determinação interna no que tange à formação de valor excedente. Com a anulação da diferença entre capital constante e variável, a análise do processo produtivo pela ótica da categoria preço de custo gera a aparência de que “a mais-valia se origina simultaneamente de todas as partes do capital aplicado” (C. III, vol. IV, p.29). O preço de custo constitui-se, por isso, como fundamento, ou condição lógica do lucro, pois, uma vez que trata-se nesta ótica de um excedente de valor tão somente em relação ao adiantamento de capital, “como tal descendente imaginário do capital global adiantado, a mais-valia recebe a forma transmutada de *lucro*” (MARX, 1988, p.29 [C. III, vol. IV]). Se, como indicamos, 'o que a concorrência não mostra é a determinação do valor', isso ocorre porque “todas as partes do capital aparecem igualmente como fontes de valor excedente (lucro)”, e por isso resulta daí que “a relação-capital é mistificada” (MARX, 1988, p. 35 [C. III, vol. IV]).

O lucro, por si só, não coloca nenhum elemento novo na composição do capital. O lucro, ao contrário, estabelece-se como um relação diferenciada entre os mesmos termos já existentes. A magnitude entre mais-valia e lucro equivalem-se. A diversidade na relação é que faz surgir o lucro: se a mais-valia consiste na relação entre o valor excedente e sua fonte, isto é, a força de trabalho, por outro lado, o lucro consiste na relação entre o valor excedente, a mais-valia gerada, e o capital global. Por isso que “a mais-valia aparece na forma transmutada de lucro” (MARX, 1988, p. 30 [C. III, vol. IV]), pois a relação entre as variáveis (valor excedente, força de trabalho, meios de produção e capital global) é que se modificou.

É por isso que o “lucro, tal como temos inicialmente ante nós, é, portanto, o mesmo que a mais-valia, apenas numa forma mistificada”, forma esta, porém, que não se trata de mero arbítrio

teórico, pois “brota necessariamente do modo de produção capitalista” (MARX, 1988, p. 29 [C. III, vol. IV]). Essa transmutação que a mais-valia sofre, dando forma ao lucro, consiste no desenvolvimento lógico do próprio sistema produtivo do capital, não sendo por isso artificialmente inserida no real pela análise teórica. A realidade desta diferenciação entre mais-valia e lucro ganha força segundo a lógica interna do sistema quando, posteriormente, Marx analisa a possibilidade de superlucro, momento em que não somente as taxas de lucro e mais-valia divergem, mas também sua magnitude. Porém, no que toca também ao ponto de nossa análise aqui, essa transmutação ocorre por força da representação que os agentes sociais têm sobre a origem do valor excedente, e por isso a crítica da economia política de Marx consiste em sobrepujar o conhecimento representativo do entendimento⁶.

“É agora claro para o capitalista que esse acréscimo de valor se origina dos procedimentos produtivos que são efetuados com o capital, que, portanto, ele se origina do próprio capital, pois após o processo de produção ele existe e antes do processo de produção ele não existe. No que, inicialmente, tange ao capital despendido na produção, a mais-valia parece originar-se por igual de seus distintos elementos de valor, que consistem em meios de produção e em trabalho. Pois esses elementos entram por igual na formação do preço de custo” (MARX, 1988, p. 28-29 [C. III, vol. IV]).

Apesar de serem inicialmente magnitudes iguais, mais-valia e lucro consistem em determinações diferentes do capital. Essa diferença do valor excedente em relação à fonte de valor e em relação ao capital global, se mostra às claras quando se compara mais-valia e lucro em relação à expressão de ambas segundo o cálculo de suas taxas:

6 Quanto à crítica da economia política de Marx se mostrar, em sua essência mais íntima, como contraposto ao conhecimento de tipo representativo do entendimento, e como isso se relaciona à definição de *ciência* para o conhecimento dialético-conceitual e, por isso, a vinculação de Marx a Hegel, são pontos analisados posteriormente.

“Embora a taxa de lucro seja numericamente diferente da taxa de mais-valia, enquanto mais-valia e lucro sejam de fato o mesmo, sendo também numericamente iguais, o lucro é, no entanto, uma forma transmutada da mais-valia, uma forma em que sua origem e o segredo de sua existência são velados e apagados” (MARX, 1988, p. 37 [C. III, vol. IV]).

Aqui temos a tese de que as determinações, dialeticamente compreendidas, consistem em relações. O valor excedente como mais-valia consiste numa relação diferente daquela que o valor excedente toma enquanto lucro. Novamente, essa problemática fica transparecida quando analisam-se essas magnitudes segundo a taxa de cada uma:

“A taxa de mais-valia medida segundo capital variável se denomina taxa de mais-valia; a taxa de mais-valia medida segundo o capital global se denomina taxa de lucro. São duas medições diferentes da mesma grandeza que, devido à diversidade das escalas, expressam ao mesmo tempo proporções ou relações diferentes da mesma grandeza” (MARX, 1988, p. 34 [C. III, vol. IV]).

Não somente esta transmutação qualitativa de mais-valia em lucro consiste numa modificação da relação estabelecida – o que inclui suas taxas respectivas, que, apesar de diferirem numericamente, não muda em nada nossa problemática -, mas também eleva o desenvolvimento lógico do conceito de capital a um patamar diferenciado. Em outras palavras, não se trata somente de determinações tal como aparecem para a representação dos agentes sociais. As formas pelas quais as relações internas se manifestam são também reais, é a essência posta na realidade; mas sua dimensão lógica interna é que fica ocultada, ou seja, os fenômenos não se limitam a sua imediatez: devem ser entendidos como manifestações reais de relações e leis essenciais internas. Os fenômenos da superfície da sociedade burguesa devem ser entendidas, por isso, não em sua imediatez, mas como um imediato mediatizado. Isso compreendido, e sendo justamente um

dos focos principais da crítica da economia política de Marx, somos levados a um outro nível lógico do conceito de capital de suma importância.

“De fato, o lucro é a forma fenomênica da mais-valia, tendo esta de ser primeiro revelada mediante a análise daquele. Na mais-valia a relação entre capital e trabalho está posta a nu; na relação entre capital e lucro, isto é, entre capital e mais-valia, como ela aparece, por um lado, como excedente realizado no processo de circulação, acima do preço de custo da mercadoria, por outro, como excedente determinado mais de perto por sua relação como capital global, *o capital aparece como relação consigo mesmo*, uma relação em que ele, como soma original de valor, se distingue de um valor novo, por ele mesmo posto” (MARX, 1988, p. 37-38 [C. III, vol. IV]).

A problemática da mediação – Marx e Ricardo

Essa compenetração na essência do sistema produtivo, compreendendo o processo dialético de mediação através do qual as relações meramente quantitativas são fundamentadas sobre a base de relações qualitativas, consiste em um dos pontos centrais de divergência entre Marx e os clássicos⁷. Segundo Zeleny, Ricardo não foi de todo ausente em relação à problemática de não se deter somente nas aparências que a sociedade capitalista gerava, tendo, por isso, sua própria compreensão da distinção entre essência e aparência. Concebia que as formas categóricas tal como apareciam no sistema produtivo deveriam provir de uma essência fundamental. Esta essência interior a partir da qual funcionalmente surgem as formas derivadas da economia capitalista seria a determinação do valor segundo o trabalho, paradigma que a doutrina smithiana teria deixado como legado para toda economia política clássica, e que Marx aponta em diversos momentos.

7 Uma vez que nosso estudo busca, principalmente, explorar o legado da tradição dialética presente na crítica da economia política de Marx, atentaremos somente de modo breve para os apontamentos de Zeleny sobre a crítica ao método de Ricardo.

A teoria de Ricardo, porém, sofreria de duas fraquezas fundamentais: de um lado, o seu conceito de essência e, de outro lado, a passagem desta essência para as formas aparentes.

Em primeiro lugar, o conceito de essência ricardiano, ou aquilo que se compõe como o essencial das formas econômicas, constitui-se como imutável, “dado de uma vez por todas ao modo dos princípios de Newton” (ZELENY, 1974, p.23). Ricardo teria chegado, segundo Zeleny, a essa distinção entre o fenômeno empírico e a essência na medida em que explorava o fundamento real do valor de troca, atingindo, nesta tarefa, a tese segundo a qual a base que constitui o elemento essencial da economia política seria a quantidade de trabalho:

“Como se sabe, a quantidade de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria é, segundo Ricardo, a essência fixa que permite em princípio compreender todas as manifestações da economia capitalista (...) descoberta que é para Ricardo a tarefa capital da economia política” (ZELENY, 1974, p.24).

Através deste horizonte norteador é que se desdobrariam todas as leis do capitalismo que determinam a distribuição da riqueza ou produto social entre as três classes sociais: os proprietários de dinheiro, os proprietários de terra e os trabalhadores.

Em segundo lugar, a passagem deste elemento essencial fixo para suas formas derivadas consistiria somente em alterações quantitativas, segundo a relação entre os valores de troca. O foco principal da teoria ricardiana consistia em como se opera a distribuição entre as três classes. Esta distribuição, apesar de carregar uma distinção qualitativa entre as formas de renda, Ricardo só as teria analisado em suas divergências quantitativas:

“Ricardo não as estuda em substância desde o ponto de vista de sua especificidade qualitativa, mas as contempla como três fontes 'naturais' constantes de três classes 'naturais' constante da

população, e dedica toda sua investigação ao problema das alterações de várias relações quantitativas entre essas três formas de renda” (ZELENY, 1974, p.25).

Assim, as relações estabelecidas entre aparência e essência são de ordem imediata, não concebendo a mediação que impera no movimento das categorias. As formas derivadas, ou empíricas, constituem-se pela “simples subsunção sob a determinação essencial” (ZELENY, 1974, p.167). Enquanto que Ricardo concebe a essência como fixa, para Marx o movimento das categorias compreende uma essência também em movimento, tanto lógica quanto historicamente, segundo a qual mediações qualitativas imperam para a compreensão do conceito de capital. Vê-se, no caso de nossa problemática, que mais-valia se transforma, se metamorfoseia em lucro. Por debaixo de meras relações quantitativas na razão entre o valor excedente com o capital global ou o capital variável, transcorre uma relação mais determinante. Há uma transmutação de caráter qualitativo, duas determinações que não diferem inicialmente em sua quantidade ou magnitude. Se para Ricardo o conhecimento científico da economia política deve descobrir as leis que determinam as relações de distribuição meramente quantitativa, para Marx, não somente as especificidades de ordem quantitativa devem ser demonstradas, mas, sobretudo, o caráter da ciência consiste muito mais em descobrir as leis do movimento substancial do sistema produtivo.

Para Zeleny, este ponto de rompimento aponta para o conceito de abstrato na crítica da economia política de Marx, pois denota que a função da abstração é específica, correndo o risco de se cair na “crítica de Marx segundo a qual Ricardo não soube ser o *suficientemente* abstrato, e por isso foi *demasiado* abstrato” (ZELENY, 1974, p. 167). Uma vez que à abstração cabe orientar-se pelas propriedades comuns, purificando-se dos fenômenos específicos, deve-se ter “consciência de sua limitação e de seu caráter insuficiente”, pois, sem que se conceba o desenvolvimento a partir

do abstrato,

“faz-se falsa e supra histórica, oculta a especificidade das formas históricas e qualitativamente diferentes e serve para apresentar as formas historicamente específicas como formas supra históricas de caráter absoluto” (ZELENY, 1974, p.168).

Não se pode tratar, portanto, o abstrato fixo em si mesmo. Dos elementos essenciais devem ser desenvolvidos suas formas transmutadas, assim como vimos aqui a mudança de mais-valia para lucro. Porém, não cabe ao método teórico inserir conceitos e categorias que não surjam da própria lógica do objeto. Cabe ao método somente espelhar idealmente a vida da matéria, como afirma Marx no Posfácio à segunda edição de *O Capital*. Por isso, a compreensão de abstração envolve determinado conceito de essência que, em seu movimento e desenvolvimento, gera, a partir de sua lógica interna, novas formas derivadas segundo mediações qualitativas. A abstração, por isso, em sua forma representativa e tomada imediatamente, não compreende o desenvolvimento que deve partir dela. O abstrato desenvolve-se, segundo sua lógica interna, rumo às suas formas concretas, de modo que toda a rede de relações estão implicadas pela possibilidade lógica que sua forma essencial carrega em si. O método de abstração só se sustenta na medida em que se compreende se tratar de apreender as formas essenciais, e isso como potências lógicas dos desenvolvimentos de todas as formas categoriais que surgem no complexo social de produção.

É assim que o lucro só pode ser compreendido como forma transmutada que deriva da mais-valia como sua possibilidade lógica de existir. Porém, para apreender o conceito de mais-valia, é necessário o uso da abstração, para purificar-se dos elementos perturbadores. Ou seja, se Marx explorasse a mais-valia a partir do ponto de vista do preço de custo, não conseguiria atingir senão o lucro, forma aparente. Foi necessário, para tanto, abstrair do capital constante, das determinações dos elementos do capital orgânico

como capital fixo e circulante, prescindir da circulação como fonte ilusória de mais-valia, entre outros. Sem a força da abstração não se poderia apreender as leis essenciais do sistema, ali onde estão dadas as condições lógicas de possibilidade do sistema como um todo. Por isso, não há lucro que não seja uma derivação a partir da mais-valia. Como afirma Marx em nota no livro I:

“Reconhecer-se-á no Livro Terceiro que é fácil compreender a taxa de lucro, tão logo se conheça as leis da mais-valia. Pelo caminho inverso não se entende *ni l'un, ni l'autre*” (MARX, 1988, p. 168, nota 28 [C. I, vol. I]).

Em outras palavras: aquilo que funda a razão entre valor excedente e capital global é a razão entre o valor excedente e a força de trabalho como sua fonte originária. É esta última que põe a possibilidade lógica de sua conversão na outra.

“Da transformação de taxa da mais-valia em taxa de lucro deve-se derivar a transformação da mais-valia em lucro, e não o contrário. (...) Mais-valia e taxa de mais-valia são, em termo relativos, o invisível e o essencial a ser pesquisado, enquanto a taxa de lucro e, portanto, a forma da mais-valia como lucro se mostram na superfície dos fenômenos” (MARX, 1988, p. 34 [C. III, vol. IV]).

É por isso que não se poderia compreender corretamente o método de abstração se não entendesse as correções posteriores no interior do desenvolvimento lógico de suas potencialidades. O lucro não é a correção da mais-valia, mas ao contrário. O lucro é o ocultamento da mais-valia, ou melhor, da razão que de fato expõe a fonte do valor excedente. Mas o caráter que a correção teórica adquire em cada momento só se compreende enquanto se leva em consideração a relação entre possibilidade-efetividade. O lucro não é a correção da mais-valia, mas é a forma como esta se manifesta na superfície e na consciência dos agentes sociais. Corrigem-se, por isso, as mistificações que as formas fenomênicas produzem quando em isolamento. À medida em que se as insere na dialética

possibilidade-efetividade, pode-se de fato compreender como se realizam as correções operadas pela dialética. O lucro é, por isso, a mais-valia desenvolvida em suas potencialidades lógicas, a partir de sua *dýnamis* interna, sua efetivação a partir do abstrato ao concreto.

Considerações finais - o lucro e a relação a si do capital

Toda essa discussão sobre o método de Marx serviu para nos esclarecer sobre o ponto de nosso debate: as questões que se encontram em jogo na transmutação de mais-valia em lucro, elevando o nível de desenvolvimento lógico do conceito de capital. Para melhor compreendermos o problema, retomemos uma citação sobre o método de Marx:

“como excedente determinado mais de perto por sua relação como capital global, *o capital aparece como relação consigo mesmo*, uma relação em que ele, como soma original de valor, se distingue de um valor novo, por ele mesmo posto” (MARX, 1988, p. 38 [C. III, vol. IV]).

Desta forma, uma vez que o lucro, ao contrário da mais-valia, é a relação entre o valor excedente e o capital global, “o excedente, para falar com Hegel, se reflete em si mesmo a partir da taxa de lucro” (MARX, 1988, p. 37 [C. III, vol. IV]), e por isso 'o capital aparece como relação consigo mesmo'. Como se trata de uma relação somente segundo o valor global adiantado como capital, o valor gerado aparece como uma relação do valor consigo mesmo, isto é, que 'se origina do próprio capital', como sendo uma qualidade imanente ao próprio capital de gerar valor a partir de si mesmo. Parece ocorrer aqui o ponto nodal em que o conceito de capital fecha-se em si mesmo, valorizando-se sem recurso a elementos alheios, transformando todo o sistema social sob sua determinação como capital. Na forma lucro, o capital caracteriza-se como o valor que gera valor.

Nos Livros I e II Marx já indicava a análise para este caráter

do conceito de capital. Porém, estávamos ainda em níveis consideráveis de abstração, na medida em que o capital ainda desenvolvia suas potencialidades internas e aparecendo ainda em processo de subsunção de todo o complexo social às suas determinações. Já aqui, a universalidade do capital abrange todos os momentos da produção e da circulação, e a contradição entre estas esferas colocou a unidade lógica do conceito de capital. Mas o lucro, enquanto momento no qual 'o capital aparece como relação consigo mesmo', constitui uma transição de extrema importância, pois aponta diretamente para o conceito de negatividade. O capital, no sentido de desenvolver suas contradições, em certo nível lógico de seu conceito volta-se sobre si mesmo. Como valor, é valor que produz outro valor, mas um outro que é ele mesmo. Somente através do desenvolvimento de suas contradições é que o capital pode existir, colocando-se a si mesmo na atividade de fazer-se e, por assim dizer, pôr-se na existência. Não é por acaso que Marx na citação acima aponta Hegel, pois todo o desenvolvimento do conceito, dialeticamente compreendido, está pautado nesta negatividade interna, como aparece no Prefácio à *Fenomenologia do Espírito*: “A negatividade é nesse movimento o diferenciar e o pôr do *ser-aí*; e é, nesse retornar a si, o vir-a-ser da *simplicidade determinada*” (HEGEL, 2005, p.57). A negatividade reinstaura a unidade originária, elevando-a a seu conceito, que consiste em um retorno a si, à simplicidade do fundamento. Em Marx, a negatividade elaborase justamente na construção de um conceito concreto daquela conceitualização abstrata de capital que Marx faz na passagem de dinheiro a capital, no livro I. As contradições se desenvolvem até atingir a forma lucro, onde o capital relaciona-se consigo mesmo de modo mais concreto e efetivo, englobando dentro de si todo o complexo social.

O conceito de capital de Marx passa, por isso, a ser herdeiro daquele conceito hegeliano de substância que aparece, negativamente, como sujeito de si mesmo. Neste sentido Hegel afirma: “Segundo minha concepção (...) tudo decorre de entender e

expressar o verdadeiro não como *substância*, mas também, precisamente, como *sujeito*” (HEGEL, 2005, p. 57). E Hegel acrescenta, ao tratar da substância viva:

“Aliás, a substância viva é o ser, que na verdade é *sujeito*, ou – o que significa o mesmo – que é na verdade efetivo, mas só na medida em que é o movimento do pôr-se-a-si-mesmo, ou a mediação consigo mesmo do tornar-se outro. Como sujeito, é a *negatividade* pura e *simples* (...) que é de novo a negação dessa diversidade indiferente e de seu oposto. Só essa igualdade *reinstaurando-se*, ou só a reflexão em si mesmo no seu ser-Outro, é que são o verdadeiro; e não uma unidade *originária* enquanto tal, ou uma unidade *imediate* enquanto tal” (HEGEL, 2005, p. 35).

Esta digressão serve para ilustrar como Hegel concebe uma substância que, como possibilidade interior, é uma potência que tem por ato ela mesma. Este trabalho da negatividade é que instaura a vida do conceito e que forma, em última instância, o paradigma de sujeito-substância hegeliano, fundamental para sua compreensão de Espírito, pois “sua força-motriz (...) é o *ser-para-si* ou a negatividade pura” (HEGEL, 2005, p.37).

É assim que, pautado na negatividade, o conceito dialético de conceito põe o ser-aí de si mesma a partir de si mesma, pois, não se reduzindo ao ser-aí, ao meramente existente, deve transcender a determinação abstrata para efetivar a experiência que eleva-se do em-si rumo ao para-si como fundamento. É por isso que a 'negatividade é nesse movimento o diferenciar e o pôr do ser-aí', assim como é a força-motriz, o movimento que fundamenta, em Hegel, a experiência do Espírito, e em Marx, a experiência do capital de ser, ao mesmo tempo, sujeito de si mesmo. É por isso que Hyppolite afirma que “a *dialética* se define na introdução como a *experiência* mesma da consciência” (HYPPOLITE, 1946, p.21), pois dialeticamente trata-se sobretudo de sair de suas determinações abstratas, aparte da unidade, para voltar-se sobre si mesmo, efetivando o ser-em-comum da totalidade concreta do conceito em

si mesmo.

O abstrato, portanto, como aquilo que se encontra aparte, consiste justamente naquela determinação em que não foi realizada ainda a potência do ser-em-comum entre as categorias. Vemos, assim, que as leis da exploração e da acumulação tal como colocadas no livro I situam-se, ainda, em abstrato, pois ainda não se voltaram para a relação antitética com a esfera da circulação e nem se efetivaram na concorrência; do mesmo modo, as determinações da mais-valia e dos elementos constantes e variáveis ganham mais concretude à medida em que se põe a interconexão entre os diversos capitais. Aqui se coloca a condição lógica para o desenvolvimento posterior da relação a si do capital enquanto concorrência.

Toda esta digressão, por isso, já aponta para a passagem que é objeto essencial de análise: a passagem do capital em geral para a pluralidade de capitais. A passagem para a relação do capital consigo mesmo e para a pluralidade de capitais convertem-se mutuamente. Na medida em que se fecha a dimensão mais abstrata da estrutura social, abre-se outra rumo às formas particulares dos diversos capitais em relação mútua.⁸ Marx retomará agora alguns temas já discutidos no livro I no que tange à composição orgânica do capital, para então explorar as divergências entre as composições de capitais diferentes, preparando o terreno para a formação da taxa geral de lucro, onde a pluralidade de capitais surge de fato. E ali se vê que, com a concorrência, este novo nível do conceito de capital atingido com o lucro se constitui como a condição lógica de possibilidade para o desenvolvimento desta relação do capital consigo mesmo. Em outras palavras: a concorrência é justamente o momento no qual o capital aparece agindo sobre si mesmo, na medida em que o capital se relaciona com o capital, não somente de maneira universal, na categoria lucro, mas constituindo-se enquanto interação entre os diversos capitais. No lucro fecha-se de vez a análise do capital em

8 Esta passagem da dimensão estrutural abstrata para sua dimensão mais concreta não ocorre segundo uma divisão tão simples. De fato, a esfera da circulação constitui um momento intermediário de transição para as formas concretas do capital, de modo que há uma gradação muito mais complexa.

geral, pois este, como momento estrutural da abstração, tinha por objetivo explorar aquilo que “se revela sendo comum a todos os capitais”, e este caráter comum “é sua propriedade de expandir seu valor, o fato de que eles se apropriam (...) da mais-valia gerada no processo capitalista de produção” (ROSDOLSKY, 2001, p.52). Tratava-se, por isso, do capital em sua média ideal, em sua universalidade. Só depois de feito isso é que se pode conceber como os diversos capitais participam na divisão do valor gerado socialmente. O caminho inverso levaria a vários erros teóricos, uma vez que “tal repartição não pode explicar a origem da mais-valia; pelo contrário, só pode obscurecê-la”. Ir do abstrato ao concreto é uma linha estrutural de progressão lógica a partir do qual “só então é possível desenvolver verdadeiramente o conceito de capital” (ROSDOLSKY, 2001, p.52).

O preço de custo e o lucro, apesar de já aparecerem como formas aparentes e por isso invertendo as relações essenciais, em sua análise se vê a colocação desta transição para a formação dos diversos capitais, na medida em que na concorrência o que importa não é a fonte oculta de valorização do capital, mas esta sendo dada, trata-se somente da razão entre o preço de custo adiantado e o excedente de valor gerado, o lucro. Este momento inicial do livro III é esta forma, por assim dizer, negativa, onde há a transição de um momento a outro, onde se colocam categorias das formas aparentes do capital, mas na mesma medida determinam-se como momentos que ainda não podem ser incluídos plenamente no domínio da concorrência. Elas preparam as categorias que colocam a existência de fato da concorrência. Os preços de custo não são somente condição para o lucro, mas se transformarão em preços de produção. Estes, por sua vez, só podem ser compreendidos mediante a taxa geral de lucro, derivada, por isso, do lucro e da taxa de lucro em sua forma universal, sem consideração ainda dos diversos capitais. Preços de custo e preços de produção, taxa de lucro e taxa geral de lucro: as determinações aparentes universais transmutam-se depois de analisadas na dimensão da concorrência. É por isso que, em nossa

ótica, os preços de custo e a taxa de lucro estão num ponto de mediação em que ao mesmo tempo participam e não participam da concorrência; é o momento em que a dimensão do capital em geral e da pluralidade de capitais se interpenetram, o ponto de encontro e de transição dos dois níveis estruturais, o abstrato e o concreto do conceito de capital.

Porém, para nós, este momento se estabelece segundo a ordem lógica: por um lado, a análise de todo o valor movimentado e gerado no sistema de produção, e que agora se investigará sua distribuição; e, por outro lado, como já apontamos, agora se colocará a ação do capital sobre si mesmo, que aparece em sua forma abstrata no lucro, para ser desenvolvida concretamente na concorrência como taxa geral de lucro, “pois a fixação de uma taxa geral de lucro e a correspondente transformação dos valores em preços de produção pressupõem a concorrência” (ROSDOLSKY, 2001, p.53). É por isso, por exemplo, que somente inicialmente a magnitude da mais-valia e do lucro se equivalem, pois se trata aqui do capital social gerado. Na medida em que, com a concorrência, a categoria lucro sofre modificações com a taxa geral de lucro e os preços de produção, essa equivalência na magnitude entre mais-valia e lucro deixa de ser uma regra, e passa a ser um caso entre outros nos quais alguns capitais proporcionam um lucro de mais magnitude que sua mais-valia gerada.

Bibliografia

- FINESCHI, Roberto. “The four levels of abstraction in Marx’s Concept of ‘Capital’. Or, Can we consider the *Grundrisse* the most advanced version of Marx’s theory of capital?”, in: BELLOFIORE, R.; STAROSTA, G.; THOMAS, P.D. (eds.) *In Marx’s Laboratory: critical interpretations of the Grundrisse*. Boston: Brill, 2013.
- GROSSMANN, Henryk. *La ley de la acumulacion y del derrumbe del sistema capitalista: una teoria de la crisis*. Tradução Juan Behrend. 2ª edição. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1984.

- HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia das ciências filosóficas – em compêndio*. Tradução Paulo Meneses, colaboração Pe. José Machado. São Paulo: Loyola, 1995.
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. Tradução Paulo Meneses, colaboração Karl-Heinz Efkens e José Nogueira Machado - 3ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2005.
- HYPPOLITE, Jean. *Génesis y estructura de la 'Fenomenología del espíritu' de Hegel'*. Tradução de Francisco Fernández Buey. 3ª edição. Barcelona: Ediciones Península, 1998.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. Tradução Edgar Malagodi - 2ª ed. - São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl. *O Capital – crítica da economia política*. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe - 3ª ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Coleção Os Economistas). Indicando o livro seguido do volume em números romanos.
- MARX, Karl. *Grundrisse – Foundations of the Critique of Political Economy*. Translated with a Foreword by Martin Nicolaus. London: Penguin Books, 1993. Utilizamos-nos de tradução livre para o português.
- PIPPIN, R. *Hegel's practical philosophy: rational agency as ethical life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.
- SWEETZ, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- ZELNY, Jindrich. *La estructura logica de 'El Capital' de Marx*. Tradução Manuel Sacristán. Buenos Aires, Barcelona, México D.F.: Ediciones Grijalbo, 1974.